



Técnico em Assuntos Educacionais

Prezado(a) Candidato(a),

Para assegurar a tranquilidade no ambiente de prova, a eficiência da fiscalização e a segurança no processo de avaliação, lembramos a indispensável obediência aos itens do Edital e aos que seguem:

01. Deixe sobre a carteira **APENAS caneta esferográfica de tubo transparente e documento de identidade**. Os demais pertences devem ser colocados embaixo da carteira, em saco entregue para tal fim. Os **celulares devem ser desligados**, antes de guardados. O candidato que for apanhado portando celular será automaticamente eliminado do certame.
02. Anote o seu número de inscrição e o número da sala, no espaço reservado neste Caderno de Questões.
03. Antes de iniciar a resolução das 50 (cinquenta) questões, verifique se o Caderno está completo e se as questões seguem a seguinte ordem: de 01 a 10 – Língua Portuguesa; de 11 a 20 – Legislação e de 21 a 50 – Conhecimentos Específicos. Qualquer reclamação de defeito no Caderno deverá ser feita nos primeiros 30 (trinta) minutos após o início da prova.
04. Ao receber a Folha Resposta, confira os dados do cabeçalho. Havendo necessidade de correção de algum dado, chame o fiscal. Não use corretivo nem rasure a Folha Resposta.
05. A prova tem duração de **4 (quatro) horas** e o tempo mínimo de permanência em sala de prova é de **1 (uma) hora**.
06. É terminantemente proibida a cópia do gabarito, conforme subitem 13.16 do Edital.
07. A Folha Resposta do candidato será disponibilizada em sua área individual na data estabelecida no Cronograma de Atividades.
08. Ao terminar a prova, não esqueça de assinar a Lista de Presença e Ata de Sala e a Folha Resposta, no campo destinado à assinatura, e de entregar o Caderno de Questões e a Folha Resposta ao fiscal de sala.

Atenção! Os três últimos candidatos só poderão deixar a sala simultaneamente e após a assinatura na Lista de Presença e Ata de Sala.

Boa prova!

Fortaleza, 22 de fevereiro de 2026.

Inscrição

Sala

01 Era uma festa. Comemorávamos a vinda de um bebê que ainda morava na barriga da mãe.
02 Eu havia acabado de segurá-la para que ela passasse a pequena mão na água da fonte do jardim.
03 Ela tentava colocar o dedo gorducho no buraco para que a água se espalhasse, como tinha visto
04 uma criança mais velha fazer. Parecia encantada com a possibilidade de controlar a água. Tem 1
05 ano e oito meses, cabelos cacheados que lhe dão uma aparência de anjo barroco e uns olhos
06 arregalados. Com olheiras, Catarina é um bebê com olheiras, embora durma bem e muito. De
07 repente, ela enrijeceu o corpo e deu um grito: “A menina... A menina... Quebrou”.

08 Era um grito de horror. O primeiro que eu ouvia dela. Animação, manha, dor física, tudo
09 isso eu já tinha ouvido de sua boca bonita. Aquele era um grito diferente. Não parecia um tom que
10 se pudesse esperar de alguém que ainda precisava se esforçar para falar frases completas. Catarina
11 estava aterrorizada. “A menina... A menina...” Ela continuava repetindo. Olhei para os lados e
12 demorei um pouco a enxergar o que ela tinha visto em meio a tanta gente. Uma garota, de uns 10,
13 12 anos, talvez, com uma perna engessada. “Quebrou...” Catarina repetia. “A menina... quebrou.”

14 Ela não olhava para mim, como costuma fazer quando espera que eu esclareça alguma
15 novidade do mundo. Era mais uma denúncia. Pelo resto da festa, ela gritou a mesma frase, no
16 mesmo tom aterrorizado, sempre que a menina quebrada passava por perto. Nos aproximamos da
17 garota, para que Catarina pudesse ver que ela parecia bem, e que os amigos se divertiam
18 escrevendo e desenhando coisas no gesso, mas nada parecia diminuir o seu horror. Os adultos
19 próximos tentaram explicar a ela que era algo passageiro. Mas ela não acreditava. Naquele sábado
20 de janeiro Catarina descobriu que as pessoas quebravam.

21 Eu a peguei, olhei bem para ela, olho no olho, e tentei usar minha suposta credibilidade de
22 madrinha: “A menina caiu, a perna quebrou, agora a perna está colando, e depois ela vai voltar a
23 ser como antes”. Catarina me olhou com os olhos escancarados, e eu tive a certeza de que ela não
24 acreditava. Ficamos nos encarando, em silêncio, e ela deve ter visto um pouco de vergonha no
25 assoalho dos meus olhos. Era a primeira vez que eu mentia pra ela. E dali em diante, ela talvez
26 intuisse, as mentiras não cessariam. Naquela noite, depois da festa, fui dormir envergonhada.

27 O que eu poderia dizer a você, Catarina? A verdade? A verdade você já sabia, você tinha
28 acabado de descobrir. As pessoas quebram. Até as meninas quebram. E, se as meninas quebram,
29 você também pode quebrar. E vai, Catarina. Vai quebrar. Talvez não a perna, mas outras partes de
30 você. Membros invisíveis podem fraturar em tantos pedaços quanto uma perna ou um braço. E
31 doer muito mais. E doem mais quando são outros que quebram você, às vezes pelas suas costas,
32 em outras fazendo um afago, em geral contando mentiras ou inventando verdades. Gente cheia de
33 medo, Catarina, que tem tanto pavor de quebrar, que quebram outros para manter a ilusão de que
34 são indestrutíveis e podem controlar o curso da vida. E dão nomes mais palatáveis para a inveja e
35 para o ódio que os queima. Mas à noite, Catarina, à noite, eles sabem.

36 E, Catarina, você tem toda a razão de duvidar. Depois de quebrar, nunca mais voltamos a
37 ser como antes. Haverá sempre uma marca que será tão você quanto o tanto de você que ainda não
38 quebrou. Viver, Catarina, é rearranjar nossos cacos e dar sentido aos nossos pedaços, os novos e os
39 velhos, já que não existe a possibilidade de colar o que foi quebrado e continuar como era antes. E
40 isso é mais difícil do que aprender a andar e a falar. Isso é mais difícil do que qualquer uma das
41 grandes aventuras contadas em livros e filmes. Isso é mais difícil do que qualquer outra coisa que
42 você fará. (...)

Adaptado de: BRUM, Eliane. A menina quebrada. Revista Época. 28/01/2013. Disponível em
<<http://elianebrum.com/opiniao/colunas-na-epoca/a-menina-quebrada/>>. Acesso em 18 jan.
2026.

01. Da leitura do texto, é correto afirmar que:
- A) as pessoas precisam aprender a lidar com as marcas que ficam depois que elas quebram.
 - B) assim como a menina quebrada, Catarina um dia também irá fraturar uma perna ou um braço.
 - C) algumas pessoas não quebram porque são poderosas o suficiente para controlar o curso da vida.
 - D) o fato de que não voltarmos a ser como antes depois de quebrar revela nossa incapacidade de superação.
02. No trecho “Eu havia acabado de segurá-la para que ela passasse a pequena mão na água da fonte do jardim.” (linha 02), o termo em destaque refere-se a:
- A) uma bebê recém-nascida.
 - B) uma criança mais velha.
 - C) a afilhada da narradora.
 - D) a menina quebrada.
03. No trecho “Era mais uma **denúncia**” (linha 15), a palavra que, caso substituísse o termo destacado, melhor conservaria seu sentido seria:
- A) incriminação.
 - B) indagação.
 - C) negação.
 - D) asserção.
04. Assinale a alternativa que ordena os termos do geral para o particular.
- A) mãe (linha 01) / bebê (linha 01).
 - B) bebê (linha 06) / Catarina (linha 06).
 - C) menina (linha 07) / criança (linha 04).
 - D) perna (linha 29) / membros (linha 30).
05. Sobre a organização do segundo parágrafo do texto, é correto afirmar que ele se desenvolve preferencialmente a partir:
- A) do confronto entre as ideias da autora e de sua afilhada sobre uma garota.
 - B) do detalhamento da ideia expressa no tópico frasal sobre o grito da menina.
 - C) da comparação entre as brincadeiras da menina e as das crianças mais velhas.
 - D) da explicação dos adultos sobre a situação da garota que tinha a perna engessada.
06. Assinale a alternativa em que o advérbio destacado, apesar da mudança de posição, continua modificando o mesmo elemento sobre o qual incide no trecho: “Uma garota, de uns 10, 12 anos, **talvez**, com uma perna engessada” (linha 12-13).
- A) **Talvez**, uma garota, de uns 10, 12 anos, com uma perna engessada.
 - B) Uma garota, de uns 10, 12 anos, com uma perna, **talvez**, engessada.
 - C) Uma garota, de uns 10, 12 anos, com uma perna engessada, **talvez**.
 - D) Uma garota, **talvez** de uns 10, 12 anos, com uma perna engessada.
07. No início do texto, a autora nos revela uma grande descoberta que impacta sua afilhada. Entre os recursos utilizados para expressar a surpresa da menina com sua descoberta, pode ser apontado (a):
- A) O uso de reticências na representação da fala da menina.
 - B) A descrição da festa de que as personagens participavam.
 - C) A observação de que a menina tinha um sono de qualidade.
 - D) O uso do pretérito imperfeito na descrição das ações da menina.

08. Assinale a alternativa em que o verbo em destaque está conjugado no mesmo tempo e modo verbal que o destacado no trecho: “O que eu **poderia** dizer a você, Catarina?” (linha 27).
- A) “Eu **havia** acabado de segurá-la...” (linha 02).
 - B) “...alguém que ainda **precisava** se esforçar...” (linha 10).
 - C) “...as mentiras não **cessariam**.” (linha 26).
 - D) “A verdade você já **sabia**...” (linha 27).
09. Assinale a alternativa em que a expressão em destaque exerce a mesma função sintática que a destacada no trecho: “Catarina estava **aterrorizada**.” (linhas 10-11).
- A) “... Catarina é **um bebê** com olheiras ...” (linha 06).
 - B) “...ela enrijeceu **o corpo**...” (linha 07).
 - C) “... **tudo isso** eu já tinha ouvido de sua boca bonita.” (linhas 08-09).
 - D) “Nos aproximamos **da garota**...” (linhas 16-17).
10. Assinale a alternativa em que o vocábulo **que** classifica-se do mesmo modo que no trecho: “Comemorávamos a vinda de um bebê **que** ainda morava na barriga da mãe.” (linha 01).
- A) “Eu havia acabado de segurá-la para **que** ela passasse a pequena mão na água da fonte do jardim.” (linha 02).
 - B) “...esperar de alguém **que** ainda precisava se esforçar para falar frases completas.” (linha 10).
 - C) “quando espera **que** eu esclareça alguma novidade do mundo.” (linhas 14-15).
 - D) “Catarina pudesse ver **que** ela parecia bem” (linha 17).

Legislação

11. Os Princípios Fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 caracterizam-se por sua natureza estruturante do Estado brasileiro. Assinale a alternativa correta.
- A) A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político são fundamentos da República.
 - B) O princípio da separação dos Poderes integra apenas a Organização do Estado, não sendo considerado princípio fundamental.
 - C) Os princípios fundamentais possuem caráter meramente programático e não produzem efeitos jurídicos diretos.
 - D) A prevalência dos direitos humanos é princípio exclusivo das relações internas do Estado brasileiro.
12. No que se refere à organização político-administrativa do Estado brasileiro, assinale a alternativa correta.
- A) Os Municípios não integram a Federação.
 - B) O Distrito Federal possui Constituição própria.
 - C) Os Estados podem incorporar-se entre si não podendo, contudo, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais.
 - D) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição Federal.

13. Segundo o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é correto afirmar que:
- A) A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de advertência e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.
 - B) Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.
 - C) O Código de Ética não se aplica aos ocupantes de cargos em comissão.
 - D) O servidor pode omitir informação quando entender conveniente ao interesse pessoal.
14. Segundo o que determina o Estatuto da Universidade Federal do Ceará pode-se afirmar que:
- A) A autonomia universitária compreende: autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.
 - B) Comporá o Conselho Universitário dois representantes das coordenações dos cursos de graduação, escolhidos, com os suplentes, dentre os respectivos coordenadores, sob a coordenação e supervisão da Pró-Reitoria de Graduação.
 - C) A organização e o funcionamento da Universidade rege-se apenas pelas disposições constantes do Estatuto e do Regimento Geral e pelos regimentos específicos, que complementarão o Regimento Geral.
 - D) A Universidade organizar-se-á com observância ao princípio da reserva legal.
15. Segundo o Regimento Geral da UFC, está correto o que se afirma em:
- A) Os órgãos colegiados superiores exercem, primordialmente função julgadora.
 - B) Os colegiados deliberativos da Universidade reunir-se-ão ordinariamente, pelo menos 01 (Uma) vez por semestre, na forma do que seja previsto em regimento ou em normas próprias, e, extraordinariamente, sempre que necessário, respeitados os casos especiais previstos no Estatuto e no Regimento Geral da UFC.
 - C) A hora-crédito não poderá alcançar menos de 50 (cinquenta) minutos de trabalho efetivo, podendo a Universidade determinar, mediante normas do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, que a sua duração ultrapasse esse limite em atividade de laboratório, de biblioteca, de campo e em outras que venham a ser previstas.
 - D) O ano letivo regular inicia-se em fevereiro e estender-se-á até janeiro do ano seguinte, não podendo nele as atividades escolares ocuparem menos de 100 (cem) dias de trabalho efetivo, excluindo o tempo reservado a exames finais.
16. Depois de uma reunião de especialistas, realizada na Universidade Gadjsh Mada, em Yogyakarta, na Indonésia, entre 6 e 9 de novembro de 2006, 29 eminentes especialistas de 25 países, com experiências diversas e conhecimento relevante das questões da legislação de direitos humanos, adotaram por unanimidade os Princípios de Yogyakarta sobre a Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação a:
- A) Tráfico Internacional de Crianças e Adolescentes.
 - B) Orientação Sexual e Identidade de Gênero.
 - C) Programa Trabalho Justiça e Cidadania.
 - D) Direito dos Animais.

17. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Para os fins do Decreto Nº 4.377 de 13 de setembro de 2002, a expressão "discriminação contra a mulher" significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.
- B) No Decreto Nº 65.810 de 8 de dezembro de 1969, a expressão “discriminação racial” significará qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tem por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício num mesmo plano, (em igualdade de condição), de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio de vida pública.
- C) A Convenção 169 da OIT, conhecida como Convenção sobre povos indígenas e tribais de 1989, estabelece que esses povos terão o direito de manter seus costumes e instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais previstos no sistema jurídico nacional e com direitos humanos internacionalmente reconhecidos. Sempre que necessário, deverão ser estabelecidos procedimentos para a solução de conflitos que possam ocorrer na aplicação desse princípio. A presente Convenção será vinculante para todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho.
- D) Reza o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais que para a obtenção dos seus fins, todos os povos podem dispor livremente de suas riquezas e recursos naturais, sem prejuízo das obrigações que derivam da cooperação econômica internacional baseada no princípio do benefício recíproco, assim como do direito internacional. Em nenhum caso, se poderá privar um povo dos seus próprios meios de subsistência.

18. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) O primeiro critério de desempate em concurso público será a idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada.
- B) Os concursos públicos podem estabelecer uma idade máxima para seus candidatos, mas essa restrição só é admitida quando a função demanda alta capacidade física ou de risco.
- C) As empresas privadas não podem estabelecer uma idade máxima para seus candidatos, salvo quando a natureza da atividade, de forma técnica e indiscutível, justificar a limitação.
- D) É vedado ao Poder Público criar ou incentivar a preparação dos trabalhadores para a aposentadoria, por meio de estímulo a novos projetos sociais, por se tratar tal incentivo uma forma disfarçada de discriminação etária.

19. Assinale a alternativa correta.

- A) A pessoa com espectro autista não é considerada pessoa com deficiência na legislação brasileira, nos termos da Lei Nº 13.146 de 6 de julho de 2015.
- B) É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, exceto quando há exigência de aptidão plena.
- C) Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.
- D) A lei instituiu o cordão de fita com desenhos de girassóis como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas. A utilização do símbolo dispensa a apresentação de documento comprobatório da deficiência, eventualmente solicitado pelo atendente ou pela autoridade competente, pois tal exigência descredibiliza a pessoa com deficiência, caracterizando, assim, discriminação.

20. Assinale a alternativa correta.

- A) O Decreto Nº 12.122, DE 30 DE JULHO DE 2024 institui Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, com finalidade de enfrentar todas as formas de violências decorrentes das relações de trabalho, em especial o assédio moral, o assédio sexual e a discriminação, por meio de:
- I. ações coordenadas de prevenção do assédio e da discriminação, por intermédio de estratégias educativas que abordem a formação e a sensibilização de agentes públicos;
 - II. gestão humanizada nos espaços institucionais, físicos ou virtuais;
 - III. avaliação permanente do ambiente organizacional para assegurar que as ações coordenadas de prevenção de que trata o inciso I promovam as mudanças desejadas;
 - IV. destinação de espaços e criação de mecanismos para promover o acolhimento, a escuta ativa, a orientação e o acompanhamento das pessoas afetadas por assédio e discriminação;
 - V. proteção às pessoas denunciantes contra ações praticadas em retaliação ao exercício do direito de relatar;
 - VI. garantia do sigilo dos dados pessoais dos envolvidos nas denúncias em relação a terceiros, até a instauração formal do processo;
 - VII. procedimentos administrativos disciplinares que resguardem a vítima, em todas as suas fases, com vistas a evitar a revitimização; e
 - VIII. estruturação de instâncias que garantam a efetividade do Programa, com vistas a promover a integração entre as ações dos órgãos e das entidades de que trata o art. 1º, parágrafo único.
- B) A Lei Nº 14.540 de 3 de abril de 2023 institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal. O Programa aplica-se a todas as instituições privadas em que haja a prestação de serviços públicos por meio de concessão, permissão, autorização ou qualquer outra forma de delegação.
- C) Nos concursos seletivos para ingresso nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, os candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e pessoas com deficiência, nos termos da legislação, concorrerão, exclusivamente, às vagas reservadas pelo programa especial para o acesso às instituições de educação de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como dos que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública.
- D) Aquele que, por ação ou omissão, causar lesão, violência física, sexual ou psicológica e dano moral ou patrimonial a mulher fica obrigado a ressarcir todos os danos causados, inclusive ressarcir ao Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com a tabela SUS, os custos relativos aos serviços de saúde prestados para o total tratamento das vítimas em situação de violência doméstica e familiar, recolhidos os recursos assim arrecadados ao Fundo de Saúde do ente federado responsável pelas unidades de saúde que prestarem os serviços, mesmo que para esse fim tenha de utilizar o patrimônio comum do casal, nos casos de coabitação da vítima com o agressor. Entretanto, os dispositivos de segurança destinados ao uso em caso de perigo iminente e disponibilizados para o monitoramento das vítimas de violência doméstica ou familiar amparadas por medidas protetivas terão seus custos ressarcidos pelo Estado.

21. Um dos desafios a serem enfrentados na Política Educacional brasileira, inclusive para os próximos anos, é a ampliação do número de vagas e matrículas no ensino superior, questão que não ficou de fora do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). É possível que o fato do Brasil ter alcançado o patamar de cerca de dez milhões de estudantes no ensino superior em 2024 possa ser um dos desdobramentos do que foi proposto no Plano ao buscar a ampliação de vagas e matrículas. Entretanto, esse desafio ainda permanece. Assinale a alternativa correta a partir do que o PNE estabeleceu em sua Meta 12.
- A) Elevar a taxa líquida de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa bruta também para cinquenta por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, cinquenta por cento das novas matrículas, no segmento público e privado.
 - B) Elevar a taxa líquida de matrícula na educação superior para quarenta por cento e a taxa bruta para cinquenta por cento da população em geral, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, cinquenta por cento das novas matrículas, no segmento privado.
 - C) Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público.
 - D) Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida também para cinquenta por cento da população em geral, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, cinquenta por cento das novas matrículas, no segmento público e privado.
22. Ao tratar da composição dos níveis escolares, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB N° 9.394/96) informa, em seu Artigo 21, que a educação escolar compõe-se dos seguintes níveis:
- A) Ensino médio e Educação superior.
 - B) Educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.
 - C) Ensino fundamental (formado pelos anos iniciais e anos finais) e ensino médio.
 - D) Educação básica (formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e Educação superior.
23. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB N° 9.394/96), o sistema federal de ensino compreende:
- A) As instituições de ensino mantidas pela União; as instituições de educação superior mantidas pela iniciativa privada; e os órgãos federais de educação.
 - B) As instituições de ensino superior mantidas pela União, pelo Poder Público Estadual e pelo Distrito Federal; os órgãos federais e distritais de educação.
 - C) As instituições de ensino superior mantidas pela União, pelo Poder Público estadual, pelo Poder Público municipal e pelo Distrito Federal; os órgãos de educação federais e os do Distrito Federal.
 - D) As instituições de ensino superior mantidas pela União, pelo Poder Público Estadual e pelo Distrito Federal; as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada; as instituições de educação superior mantidas pela iniciativa privada; os órgãos federais e estaduais de educação.
24. São consideradas modalidades de ensino, presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB N° 9.394/96), **exceto**:
- A) Educação Especial.
 - B) Educação Interdisciplinar.
 - C) Educação a Distância (EaD).
 - D) Educação de Jovens e Adultos.

25. Sobre a avaliação de cursos de graduação, a Lei Nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, indica em seu artigo 4º que:
- § 1º A avaliação dos cursos de graduação fará uso de procedimentos e instrumentos diversificados, entre os quais, obrigatoriamente, a avaliação externa por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento.
- § 2º A avaliação dos cursos de graduação resultará na atribuição de conceitos, ordenados em uma escala com 7 (sete) níveis, para cada uma das áreas do conhecimento.
- Assinale a alternativa que está correta em relação ao que estabelece a referida Lei:
- A) Está correto somente o § 1º.
B) Está correto somente o § 2º.
C) Estão corretos os §§ 1º e 2º.
D) Estão incorretos os §§ 1º e 2º.
26. No que tange a recursos para o financiamento da educação superior pública, está correta a afirmação de que:
- A) Estão previstos como recursos provenientes de projetos específicos entre o Poder Público Federal e Estadual e a iniciativa privada, com percentual de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o Salário Educação, definido no Artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Nº 9.394/96).
- B) Estão previstos como recursos exclusivamente provenientes dos sistemas federal e estadual de ensino, definidos legalmente com um percentual de 13% (treze por cento) do orçamento nacional, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Nº 9.394/96) e das Constituições Estaduais.
- C) Estão previstos através de percentuais mínimos, vinculados a receitas específicas, definidos legalmente na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Nº 9.394/96).
- D) Estão previstos como recursos exclusivamente provenientes do sistema federal de ensino, definidos legalmente com um percentual de 13% (treze por cento) do orçamento nacional, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Nº 9.394/96).
27. O *caput* do artigo 46 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Nº 9.394/96), informa que: “A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação”. Define ainda que:
- § 1º Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento.
- § 2º No caso de instituição pública, o Poder Executivo responsável por sua manutenção acompanhará o processo de saneamento e fornecerá recursos adicionais, se necessários, para a superação das deficiências.
- § 3º No caso de instituição privada, além das sanções previstas no § 1º deste artigo, o processo de reavaliação poderá resultar em redução de vagas autorizadas e em suspensão temporária de novos ingressos e de oferta de cursos.
- Assinale a alternativa correta.
- A) Estão de acordo com a referida Lei e seu Artigo, somente os parágrafos 1º e 2º.
B) Estão de acordo com a referida Lei e seu Artigo, somente os parágrafos 1º e 3º.
C) Estão de acordo com a referida Lei e seu Artigo, somente os parágrafos 2º e 3º.
D) Estão de acordo com a referida Lei e seu Artigo, todos os parágrafos.

28. O financiamento da educação no Brasil, em seus níveis e modalidades, tem se mostrado um desafio histórico que ainda se coloca para as próximas décadas. Nessa perspectiva, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) tem perseguido a ampliação de recursos para a área, o que tem contribuído para uma atenção maior sobre o problema e isso se dá, também, pelo fato do PNE ter definido como uma de suas metas, marque apenas a opção correta.

- A) Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do país já no primeiro ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a dezoito por cento do PIB ao final do decênio.
- B) Ampliar o investimento público em educação pública e privada, de forma a atingir, no mínimo, o patamar de cinco por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do país no quinto ano de vigência desta lei e, no mínimo, o patamar de dezoito por cento do PIB ao final do decênio.
- C) Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do país no quinto ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a dez por cento do PIB ao final do decênio.
- D) Ampliar o investimento público em educação pública e privada, de forma a atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do país ao final do decênio, garantido que já no primeiro ano de vigência desta lei, seja aplicado o equivalente a cinco por cento do PIB.

29. Sobre o que dispõe a Resolução CNE/CES Nº 2/2007 a respeito da carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, assinale **V** para **Verdadeiro** e **F** para **Falso**:

- Os estágios e atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário;
- A carga horária total dos cursos, ofertados sob regime seriado, por sistema de crédito ou por módulos acadêmicos, deverá respeitar o máximo de 2.300h, atendidos os tempos letivos fixados na Lei Nº 9.394/96, e deverá ser distribuída em 180 (cento e oitenta) dias de trabalho acadêmico efetivo;
- A duração dos cursos deve ser estabelecida por carga horária total curricular, contabilizada em horas, passando a constar do respectivo Projeto Pedagógico;

Marque a sequência correta, de cima para baixo, correspondente ao que está posto na Resolução CNE/CES Nº 2/2007:

- A) F; V; F.
- B) V; F; V.
- C) V; V; F.
- D) F; F; V.

30. Sobre a Educação Profissional e Tecnológica, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.
- B) A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se somente à educação básica, findando no ensino médio e seu alcance será circunscrito à modalidade de educação para o trabalho.
- C) As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.
- D) A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio; III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

31. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, o que tem se mostrado um relevante mecanismo legal para garantir seu funcionamento e estruturação. Com base nessa premissa, analise os seguintes itens:
- I. Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
 - II. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão transparente e democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, dos quais participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.
 - III. As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal.
 - IV. É atribuição exclusiva da Reitoria estabelecer os órgãos colegiados deliberativos na universidade.
- Assinale a alternativa que indica os itens que estão corretos.
- A) Estão corretos somente os itens I, II e IV.
 - B) Estão corretos somente os itens I, II e III.
 - C) Estão corretos somente os itens II, III e IV.
 - D) Estão corretos todos os itens.
32. O Ministério da Educação (MEC) entende “por ações afirmativas o conjunto de medidas especiais voltadas a grupos discriminados e vitimados pela exclusão social ocorridos no passado ou no presente”. A partir dessa definição, podem ser elencadas como Ações Afirmativas de inclusão e/ou permanência que se vinculam à educação, as opções a seguir, com **exceção** do(a):
- A) Programa Escola Acessível.
 - B) Estatuto da Igualdade Racial.
 - C) Lei de Cotas no Ensino Superior.
 - D) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).
33. A inserção da educação bilíngue de surdos, na legislação educacional, como uma modalidade de educação escolar, tornou-se um avanço nas políticas educacionais voltadas a pessoas com deficiência, podendo ser também caracterizada como componente das políticas de ações afirmativas. Sobre a oferta da educação bilíngue de surdos, é correto afirmar que:
- A) Terá início ao zero ano, na educação infantil, e se estenderá ao longo da vida.
 - B) Terá início aos 4 (quatro) anos de idade, na pré-escola, e se encerrará no ensino médio.
 - C) Terá início aos 4 (quatro) anos de idade, quando se inicia a obrigatoriedade da educação básica, e se estenderá ao longo da vida.
 - D) Terá início aos 6 (seis) anos de idade, quando se inicia o Ensino Fundamental, e se encerrará no ensino médio.
34. No Brasil, algumas políticas educacionais foram instituídas buscando garantir a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência, a exemplo da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva. São princípios gerais dessas políticas, **exceto**:
- A) O respeito e valorização da diversidade humana.
 - B) A democratização do acesso à educação escolar.
 - C) A educação como direito universal, público e subjetivo.
 - D) A cobrança de taxas adicionais quando o(a) estudante necessitar de atendimento especializado, seja em instituições públicas ou privadas de ensino.

35. A educação escolar de pessoas com deficiência, assim como aquelas com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, está garantida como direito na legislação educacional, a exemplo do que está posto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Nº 9.394/96), a partir da modalidade de educação especial. Sobre essa modalidade de educação, a referida Lei argumenta que é aquela:
- A) Oferecida excepcionalmente na rede regular de ensino.
 - B) Oferecida preferencialmente na rede regular de ensino.
 - C) Oferecida exclusivamente na rede regular de ensino.
 - D) Oferecida separadamente na rede regular de ensino.
36. Sobre Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), é **incorreto** afirmar:
- A) As universidades federais possuem autonomia didático-pedagógica, administrativa e de gestão financeira.
 - B) Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas.
 - C) Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas.
 - D) Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), quando funcionarem em terrenos cedidos pelos estados, mesmo que sejam mantidos via recursos da União, passam a compor o respectivo sistema estadual de educação.
37. Sobre o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – Enade (edição 2025), dentro do que estabelece a Portaria MEC Nº 392/2025, estão corretos os seguintes itens a seguir, **excetuando-se** desse conjunto:
- A) Consideram-se habilitados ao Enade 2025 e à Avaliação Teórica – AT do Enade 2025, para efeito dessa Portaria, apenas estudantes concluintes de cursos de bacharelado e licenciatura.
 - B) Os estudantes concluintes dos cursos de licenciatura, habilitados e inscritos na AT do Enade 2025, serão avaliados por meio da Prova Nacional Docente - PND, a ser aplicada pelo Inep, conforme cronogramas e procedimentos descritos em edital específico.
 - C) Consideram-se habilitados à Avaliação Prática - AP do Enade 2025 os estudantes dos cursos de licenciatura que estejam realizando ou que iniciem, no âmbito do estágio supervisionado obrigatório, a regência de classe na Educação Básica entre agosto de 2025 e julho de 2026.
 - D) Os estudantes concluintes dos cursos de Medicina, habilitados e inscritos no Enade 2025, serão avaliados por meio do Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica - Enamed, a ser aplicado pelo Inep, conforme cronogramas e procedimentos descritos em edital específico.
38. Segundo a Lei Nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, o SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:
- I. Avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;
 - II. O caráter privado e sigiloso de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;
 - III. O respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;
 - IV. A participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.
- Ao analisar os itens dessa questão, pode-se concluir que:
- A) Estão corretos apenas os itens I, II e III.
 - B) Estão corretos apenas os itens I, II e IV.
 - C) Estão corretos apenas os itens I, III e IV.
 - D) Estão corretos apenas os itens II, III e IV.

39. A universidade no Brasil funciona tendo como base três pilares fundamentais, legalmente definidos como indissociáveis: ensino, pesquisa e extensão. Sobre a extensão na educação superior, assinale a alternativa **incorreta**.
- A) As atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades: programas, projetos, eventos, prestação de serviço, cursos e oficinas.
 - B) As atividades de extensão devem compor, no máximo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação e não poderão constar como parte da matriz curricular dos cursos.
 - C) Nos cursos superiores, na modalidade a distância, as atividades de extensão devem ser realizadas, presencialmente, em região compatível com o polo de apoio presencial, no qual o estudante esteja matriculado, observando-se, no que couber, as demais regulamentações, previstas no ordenamento próprio para oferta de educação a distância.
 - D) A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.
40. As universidades, inclusive as instituições federais, têm asseguradas, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:
- I. Criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394/96), obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino;
 - II. Fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;
 - III. Administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos;
 - IV. Receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.
- Ao analisar os itens acima, nesta questão, assinale a alternativa correta.
- A) Estão corretos apenas os itens I, II e III.
 - B) Estão corretos apenas os itens I, II e IV.
 - C) Estão corretos todos os itens.
 - D) Estão incorretos todos os itens.
41. De acordo com o Plano de Internacionalização (2017), “a expansão do processo de internacionalização da UFC é um imperativo institucional e não apenas uma possibilidade desejável. Em uma visão profética, o fundador da UFC, Prof. Antônio Martins Filho, definiu o lema da universidade como O universal pelo regional. Tal referência, que vem norteando os compromissos da UFC desde a década de 1950, ganha o novo significado de que, para atingirmos padrões internacionais, precisamos fomentar nossas contribuições já internacionalmente visíveis por sua excelência. Em outro sentido, cumpre buscar parcerias internacionais para desenvolver novos potenciais regionais gerando conhecimento de alto impacto e soluções para os problemas do Estado”. No âmbito nacional, fazem parte das políticas e programas de internacionalização da educação:
- A) Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) e Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Programa Incluir).
 - B) Programa Estudantes - Convênio de Graduação (PEC-G) e Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Programa Incluir).
 - C) Programa Estudantes - Convênio de Graduação (PEC-G) e Programa de Mobilidade Acadêmica Regional para as Carreiras Acreditadas pelo Sistema ARCU-SUL (MARCA).
 - D) Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) e Programa de Mobilidade Acadêmica Regional para as Carreiras Acreditadas pelo Sistema ARCU-SUL (MARCA).

42. Para Tomaz Tadeu da Silva (2015) distinguimos as diferentes teorias do currículo por intermédio dos conceitos que elas empregam. Sobre as Teorias Tradicionais, Teorias Críticas e Teorias Pós-Críticas é correto afirmar:
- A) As Teorias Críticas e Pós-Críticas se interessam pelas conexões que se estabelecem entre o saber, a identidade e as relações de poder.
 - B) As Teorias Tradicionais focam nos conceitos de ideologia, reprodução cultural e social, capitalismo, relações sociais de produção e currículo oculto.
 - C) As Teorias Tradicionais deslocam a ênfase dos conceitos pedagógicos de ensino e aprendizagem para ideologia e poder e permitem ver a educação sob uma nova perspectiva.
 - D) As Teorias Críticas e Pós-Críticas priorizam o planejamento, a metodologia, a didática e a organização dos saberes científicos, buscando respostas para as indagações “o quê” e “como”.
43. A Resolução N° 7, de 18 de dezembro de 2018 estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei N° 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. O art. 4° desse dispositivo legal determina que as atividades de extensão devam fazer parte da matriz curricular e compor:
- A) no mínimo 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação.
 - B) no mínimo 15% (quinze por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação.
 - C) no mínimo 20% (vinte por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação.
 - D) no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação.
44. Segundo o Guia de Bolso da Educação Aberta (2019), o conceito de Recursos Educacionais Abertos (REA) foi cunhado oficialmente durante um Fórum da UNESCO em 2002. Ele se refere a quaisquer materiais de ensino, aprendizagem ou pesquisa — estejam em formato digital ou físico — que estejam em domínio público ou disponibilizados sob uma licença aberta. Sobre REA é **incorreto** afirmar:
- A) O conceito de REA se fundamenta no princípio de Licenças Abertas, ou seja, o uso de licenças flexíveis que permitem e regulam legalmente a reutilização, adaptação e compartilhamento de materiais educacionais.
 - B) Um princípio fundamental para a efetividade desse movimento é a adoção de formatos técnicos abertos e a utilização de softwares livres, garantindo o acesso e a possibilidade de modificação sem barreiras tecnológicas ou legais.
 - C) A abrangência dos REA é vasta, incluindo desde livros, planos de aula e artigos científicos até softwares, vídeos, jogos, imagens e produções acadêmicas como teses e dissertações.
 - D) Os REA não visam impactar no estímulo a competências fundamentais da cultura digital, como o trabalho colaborativo, a construção coletiva do conhecimento e a avaliação mútua entre pares.
45. O Decreto N° 9.235/2017 dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior – IES e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação *lato sensu*, no sistema federal de ensino. De acordo com o Art. 4°, assinale a alternativa que expressa competência do Ministro de Estado da Educação:
- A) homologar pareceres do CNE em pedidos de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de IES.
 - B) conceber, planejar, coordenar e operacionalizar: o Enade, os exames e as avaliações de estudantes de cursos de graduação.
 - C) propor e avaliar as dinâmicas, os procedimentos e os mecanismos de avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes.
 - D) propor diretrizes e deliberar sobre a elaboração dos instrumentos de avaliação para credenciamento e recredenciamento de instituições a serem elaborados pelo Inep.

46. O PARECER CNE/CP Nº 34/2023 do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno, aprovado em 8/8/2023, diz que: “A ampla conectividade e o acesso às ferramentas de interlocução, aliadas aos meios de comunicação, definem um conjunto de processos, intercâmbios e mesclas culturais, na composição de uma geração híbrida de jovens com novos padrões, que buscam atender às novas demandas e impõem ajustes permanentes nos valores e ideologias emergentes na sociedade”. Considerando as disposições do referido Parecer, acerca do processo híbrido de ensino e aprendizagem, é **incorreto** afirmar que:
- A) O processo híbrido de ensino e aprendizagem deve primar pela utilização das TICs para apoiar fortemente a atividade docente, baseada na memória do estudante e no ensino autodeterminado por projetos pedagógicos conservadores.
 - B) O processo híbrido de ensino e aprendizagem amplia o espaço de aprendizado e as possibilidades de construção de conhecimentos por meio de práticas e de interações remotas entre discentes e docentes, e dos discentes entre si, tornando-as motivadoras e mais dinâmicas.
 - C) É preciso pensar esses novos contextos socioculturais, considerando que a construção do conhecimento na contemporaneidade exige a transformação das abordagens e práticas pedagógicas, superando a fase da simples transmissão de conhecimentos em um ambiente ainda caracterizado como auditório da informação.
 - D) O conceito básico de hibridismo considera que a tecnologia pode potencializar e ajudar a organizar as competências, além de oferecer oportunidade para um papel ativo do estudante na utilização de recursos digitais e para o fomento de modos de pensar e agir em outros espaços institucionais para além da sala de aula.
47. O e-MEC é um sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Qual o dispositivo normativo que instituiu o e-MEC?
- A) Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006.
 - B) Portaria Normativa nº 12, de 5 de setembro de 2008.
 - C) Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007.
 - D) Portaria Normativa nº 23, de 1º de dezembro de 2010.
48. Xavier e Nunes (2015), afirmam que sob o olhar da Psicologia, é possível compreender os principais aspectos e fatores que permeiam o desenvolvimento humano. Diversas são as formas de entendê-lo, gerando distintas concepções sobre os fatores preponderantes nesse processo. Podemos indicar a existência de grandes correntes de concepções de desenvolvimento, entre elas, temos o Interacionismo. Sobre o mesmo, é correto afirmar:
- A) O interacionismo considera que o indivíduo, ao nascer, é comparado a uma tábua rasa, uma página em branco cujo conteúdo será inteiramente inscrito pelas experiências e influências externas.
 - B) Esta perspectiva atribui um papel central ao ambiente na modelagem do desenvolvimento humano. Essa concepção do ser humano como um ente passivo, moldado de forma determinista pelo ambiente, leva a uma compreensão mecanicista tanto do desenvolvimento quanto do processo de aprendizagem.
 - C) O interacionismo parte da ideia de que o que acontece depois do nascimento não influencia o desenvolvimento, que seria determinado essencialmente pelas características e habilidades inatas do ser humano, já presentes ao vir à luz.
 - D) Esta abordagem compreende o desenvolvimento humano como resultado de múltiplos fatores interdependentes. O sujeito é visto como alguém que, simultaneamente, constrói e é construído pela interação dinâmica e permanente entre sua constituição biológica e o ambiente sociocultural.

49. A Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. O Art. 3º diz que a avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais. Assinale a alternativa que apresenta **incorretamente** item elencado, como obrigatório, no referido artigo:
- A) planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional.
 - B) planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional.
 - C) sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.
 - D) organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, considerando sua dependência e subordinação na relação com a mantenedora.
50. O documento Referenciais de Qualidade de Cursos de Graduação com Oferta a Distância (2025), do Ministério da Educação, diz que: “Não há um modelo único de educação a distância. As ofertas de cursos superiores de graduação podem apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens e recursos educacionais e tecnologias”. Com base nas orientações do citado documento, é correto afirmar:
- A) As IES não precisam elaborar políticas internas que assegurem a participação ativa de estudantes de graduação no formato predominantemente a distância, e semipresenciais, nos órgãos representativos e espaços de decisão institucional.
 - B) Os PPCs devem contemplar a atualização científica e tecnológica da área de formação, estar alinhados com as tendências do mundo do trabalho, e ter observância com o contexto social, produtivo e os desafios locais, regionais e globais de sustentabilidade.
 - C) As IES não precisam assegurar que os(as) estudantes tenham acesso aos materiais didáticos, bibliotecas e laboratórios virtuais, e demais recursos tecnológicos disponibilizados em nuvem, necessários para os processos de ensino e aprendizagem e para a realização de atividades interativas virtuais, sejam elas individuais ou coletivas.
 - D) O documento não recomenda que as IES aproveitem as ferramentas digitais disponíveis para o aprimoramento das devolutivas de desenvolvimento acadêmico e de gestão na EaD, tais como: Analytics (AA), Learning Analytics (LA) e Academic Educational Data Mining (EDM), entre outras disponíveis ou que vierem a ser criadas.